

A ARTE POPULAR COMO MOVIMENTO SOCIAL: UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O GÊNERO MUSICAL FEMINEJO E OS FEMINISMOS

POPULAR ART AS A SOCIAL MOVEMENT: AN INTERLOCUTION BETWEEN THE "FEMINEJO" MUSICAL GENRE AND THE FEMINISMS.

Germano André Doederlein Schwartz

Reitor da UniRitter. Professor do Mestrado em Direitos Humanos da UniRitter.
Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPQ) - Nível 2.
Pesquisador Gaúcho (FAPERGS)
E-mail: germano.schwartz@globo.com

Vanessa Chiari Gonçalves

Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná.
Professora Adjunta de Direito Penal e Criminologia do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Departamento de Ciências Penais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Advogada.
E-mail: vanessachiarigoncalves@gmail.com

Renata Almeida da Costa

Coordenadora do PPGD da Universidade La Salle (Canoas).
Doutora em Direito (Unisinos). Advogada
E-mail: renata.costa@unilasalle.edu.br

Recebido em: 20/07/2018
Aprovado em: 01/03/2019

RESUMO: O artigo realiza uma aproximação entre algumas composições do gênero musical feminejo e importantes demandas do movimento feminista em suas diferentes ondas. Demonstra que embora as cantoras desse gênero não se identifiquem como feministas, parecem ter incorporado a pauta por maior valorização e igualdade das mulheres nas relações afetivas, contribuindo para comunicar ideias e formar subjetividades em diferentes estratos sociais. Adota o método dialógico de abordagem e a técnica da revisão bibliográfica. Conclui que em um momento em que os conservadorismos retornam ao cenário político brasileiro, esse gênero musical tem o potencial de inspirar ações de resistência contra os retrocessos.

Palavras-Chave: Movimento social; Feminismos; Feminejo; Música Popular; Igualdade.

ABSTRACT

The article makes an approximation between some compositions of the "feminejo" musical genre and important demands of the feminist movement in its different waves. It shows that although female singers do not identify themselves as feminists, they seem to have incorporated the agenda for greater appreciation and equality of women in affective relationships, contributing to communicate ideas and to form subjectivities in different social strata. It adopts the dialogical

method of approach and the technique of bibliographic review. Concludes that at a time when conservatism returns to the Brazilian political scene, this musical genre has the potential to inspire actions of resistance against setbacks.

Key-words: Social Movement; Feminisms; Feminismo; Popular Music; Equality.

SUMÁRIO: Introdução; 1 As ondas do movimento feminista: sua linguagem acadêmica e seus limites; 2 A arte popular como contracultura: o feminismo no feminejo; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

Diferentes áreas do conhecimento humano, tais como a sociologia jurídica, o Direito e as Criminologias, têm estudado os reflexos das manifestações culturais de determinados grupos identitários, de comunidades geográficas, de indivíduos e de povos. Procura-se compreender, entre outras questões, de que modo essas manifestações são interpretadas pelos mecanismos de controle social formal e informal, especialmente, quando passam a ser rotuladas como manifestações de desordem, de violência ou de estímulo à violência ou, ainda, quando negam certos valores ainda hegemônicos em determinados segmentos das sociedades. Pode-se falar, também, sobre o modo como os mecanismos de controle social formal e informal operam nessas manifestações culturais ou nos movimentos sociais. O tema, portanto, é extremamente amplo e admite diferentes recortes.

Observa-se que, após uma aparente consolidação das democracias no Ocidente, movimentos reacionários identificados com ideais conservadores têm emergido em diferentes países. No Brasil, essa realidade não é diferente. Já existem demandas no sentido de restringir a liberdade de cátedra dos professores com o argumento de que certas ideologias políticas e identitárias estariam corrompendo moralmente as crianças e os adolescentes. Retomam-se, no cenário político, discursos de combate a tudo o que possa ser identificado com posições de esquerda, que estariam associadas ao comunismo, mesmo passadas décadas desde o fim da guerra fria. Do mesmo modo, a expressão "discussão de gênero" é interpretada como estímulo à homossexualidade nas escolas ou à corrupção das famílias tradicionais e, portanto, patriarcais.

Vive-se num contexto social que mistura o desconhecimento da população massificada, com o oportunismo político-econômico de segmentos reacionários, gerando desinformação, pautas punitivistas e uma polarização raivosa entre os cidadãos. Nesse sentido, o movimento feminista, assim como o movimento LGBTI, tornam-se alvos desse controle social que tenta coibir até mesmo as manifestações artísticas de conteúdo identitário.

A repressão às manifestações artísticas, embora seja inconstitucional e indesejável, é compreensível no contexto conservador contemporâneo. Isso porque a arte possui um poder de transformação social muito mais forte do que o ordenamento jurídico de um determinado Estado. Importantes movimentos civilizacionais que a humanidade vivenciou começaram por meio do poder transformador das artes, bastando lembrar o Renascimento enquanto movimento de ruptura com uma sociedade teocêntrica, fundada no autoritarismo eclesiástico, que, a partir do século XIV, inspiraria a transição do medievo para a modernidade.

Desse modo, partindo da noção de arte como mecanismo de transformação social, este artigo objetiva problematizar em que medida a música popular brasileira, em especial o gênero feminejo, pode contribuir para a disseminação das pautas por igualdade entre os gêneros, identificadas com os feminismos, rompendo as barreiras impostas pelos empreendedores da moralidade.

Como marco teórico do trabalho, adota-se o feminismo acadêmico, e o método de abordagem será o dialógico. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, discorre-se sobre as diferentes ondas do movimento feminista e sobre suas limitações de linguagem. Na segunda, aborda-se a relação entre algumas letras de músicas do gênero musical *feminejo* com as demandas dos feminismos.

1 AS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA: SUA LINGUAGEM ACADÊMICA E SEUS LIMITES.

O movimento feminista pensado enquanto uma ação organizada de caráter coletivo que visava a mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações entre os sexos masculino e feminino, só irá surgir no quadro de mudanças mais profundas que marcaram a história da Europa Ocidental a partir do século XVIII. Esse importante movimento se relaciona com a expansão do capitalismo, trazendo consigo a corrida industrial, e com a Revolução Francesa que instaurou o casamento civil e, logo depois, a legalização do divórcio na França, em 1792. Ao longo do século XIX, o feminismo foi-se estruturando enquanto movimento, na medida em que as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, no mercado de trabalho e no conjunto da sociedade, foram-se tornando mais evidentes. Os socialistas, tanto os utópicos quanto os marxistas, foram os primeiros a assumir, à medida que o processo industrial avançava, a defesa da mulher trabalhadora. Nesse contexto, os movimentos organizados que tinham como objetivo a conquista do voto feminino começaram a surgir na segunda metade do século XIX. (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 17). A esse período, que se estenderá até a Segunda Guerra Mundial, atribui-se o sentido de primeira onda do feminismo.

A exclusão das mulheres do espaço político, em larga medida inseparável do público, não condizia com a Declaração dos Direitos do Homem que proclamava a igualdade entre todos os indivíduos; de modo que, para justificá-la, surgiria o argumento sobre a diferença dos sexos. Assim, esse antigo discurso ganha um novo vigor no século XIX, apoiando-se nas descobertas da Medicina e da Biologia a fim de lhe conferir alguma racionalidade. É um discurso "naturalista" que defende a existência de duas espécies de indivíduos com qualidades e aptidões particulares. "Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (PERROT, 1988, p. 177).

Haverá, assim, um retraimento das mulheres em relação ao espaço público, a formação de um espaço privado familiar feminino e um "superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas". No entanto, tais movimentos acontecem com certas ressalvas. Isso porque "nem todo o público é político, nem todo o público é masculino". Assim, a presença das mulheres na rua conquistada no século XVIII, persistirá na cidade do século XIX, onde elas cercam espaços mistos e constituem espaços próprios. Da mesma forma, "nem todo o privado é feminino", pois nas famílias o poder principal, de direito e de fato, continuará sendo o do pai. (PERROT, 1988, p. 180)

No Brasil, essa primeira onda feminista chega nas primeiras décadas do século XX com o movimento das sufragistas, pelo direito ao voto feminino. Esse movimento teve Bertha Lutz como uma das mais importantes protagonistas. Vale destacar, também, o movimento das operárias de ideologia anarquista, "reunidas na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas" que, em um manifesto divulgado em 1917, afirmavam: "Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes". (PINTO, 2010, p. 16)

Já, nas primeiras décadas do século XX, a Primeira Guerra Mundial marcou um momento crucial no processo de incorporação das mulheres à sociedade. A convocação dirigida a elas para que participassem juntamente com os homens no esforço de guerra foi prontamente atendida. Após

a guerra, entretanto, as teses conservadoras no sentido de que o “lugar de mulher é no lar” foram retomadas, deixando clara a manipulação que os governos fazem da participação feminina no mercado de trabalho. Esse antifeminismo, do início do século XX, alimenta-se das conquistas das mulheres e do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela mulher emancipada que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, justamente, confinar-se à vocação materna. Daí, os apelos à restauração do pai e dos valores viris (PERROT, 1988, p. 183). Na sequência, a crise econômica mundial dos anos 30 e o início da Segunda Grande Guerra, em 1939, irão marcar uma fase de certo marasmo nos movimentos sociais, inclusive no feminismo.

Na transição entre a primeira onda do feminismo e a segunda onda, dos anos de 1960, a obra "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir, cuja primeira edição, na França, é de 1946, será paradigmática. A célebre frase com que Simone inicia o segundo tomo: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” seria, daí para frente, fundamental para o movimento feminista no mundo inteiro (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p. 31. Pelo olhar da autora, para descobrir a mulher, não é necessário recusar algumas contribuições do materialismo histórico, da Psicanálise e da Biologia. No entanto, as técnicas, os corpos e as sexualidades só existem na medida em que são aprendidos dentro da perspectiva concreta de existência do humano. Desse modo, o "valor da força muscular, do falo, da ferramenta só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser". (BEAUVOIR, 1949, p. 80)

Ainda na década de 1960, surgirão os movimentos de contracultura como o movimento *hippie*, na Califórnia, questionando a sociedade de consumo e as investidas bélicas. Em Paris, o "Maio de 68" questionando a ordem acadêmica secular. Surgem o rock e a pílula anticoncepcional, revolucionando as relações sociais estabelecidas. No mesmo período, no Brasil, estará em ascensão a Bossa Nova e a demanda política por um parlamentarismo com a eleição de Jânio Quadros e de João Goulart. Há um crescimento da esquerda partidária e, como isso, os estratos médios e altos, assustados com tantas propostas de transformações sociais e culturais, apoiarão o golpe militar, de 1964. A ditadura começará moderada, mas se aprofundará em 1968, promovendo uma "repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade". Com isso, haverá um atraso nas manifestações feministas que começarão timidamente na década de 1970. (PINTO, 2010, p. 16)

A efervescência do movimento feminista, no Brasil, acontecerá com a redemocratização, na década de 1980, tendo como bandeira a luta pela igualdade e pelos direitos das mulheres. Nesse contexto, o rol de reivindicações é bastante amplo envolvendo temas como: violência contra a mulher, direito ao trabalho, igualdade no casamento, igualdade racial, direitos reprodutivos e sexuais, direito à saúde e à terra. Havia uma aproximação com os movimentos populares de mulheres que viviam nos bairros pobres e que lutavam por moradia, saneamento e educação. Desse modo, ainda que o movimento tenha sua origem na "classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares", ampliando suas perspectivas e seus horizontes. O Conselho Nacional da Condição da Mulher, criado em 1984, influenciou de forma muito expressiva a inclusão de direitos na Constituição da República, de 1988. A partir daí, houve uma tendência à profissionalização do movimento, por meio de Organizações Não-Governamentais, que priorizaram as intervenções junto ao Estado. As Delegacias Especializadas da Mulher e a futura Lei Maria da Penha, estão entre essas conquistas. (PINTO, 2010, p. 17)

A partir da década de 1990, surgirá o feminismo de terceira onda, buscando a construção de uma epistemologia feminista apartada das categorizações e das instituições. Expressões como interseccionalidade, visando à interlocução entre as categorias de gênero, classe, raça e sexualidade e pautas transversais passam a ser reivindicadas. É, nesse contexto, que a teoria *queer* de Judith Butler ganha fôlego. Para a autora,

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das 'mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p. 19)

Essa visão mais libertária do movimento contraria o vitimismo que, em parte, estava incorporado às pautas feministas de primeira e de segunda ondas, vinculadas à aquisição de direitos e de proteção estatal contra as diferentes formas de violência. Essa terceira onda defende a liberdade de escolha da mulher que poderá ser quem e como ela quiser e, de certa forma, recusa os rótulos e a tutela estatal. No entanto, o movimento feminista passa a se desenvolver mais no campo acadêmico ou vinculado à sociedade civil organizada, incluindo o movimento LGBTI. As massas populacionais não participaram desse diálogo como deveriam. E, atualmente, já se fala em uma quarta onda do feminismo que estaria relacionada às novas campanhas e formas de mobilização social utilizando como ferramentas as redes sociais.

No âmbito da Criminologia, haverá divergência entre as criminólogas críticas abolicionistas, as minimalistas e as feministas, no que se refere ao papel a ser desempenhado pelo sistema de justiça criminal a respeito da violência endêmica contra a mulher no Brasil. A desconfiança em relação ao sistema penal se justifica, considerando o histórico posicionamento conservador dos Tribunais brasileiros e os segmentos sociais que sempre legitimaram essa posição, marcada por uma cultura profundamente patriarcal, que aparece sintetizada na seguinte afirmação:

O sistema penal existe sobretudo para controlar a hiperatividade do cara e manter a coisa no seu lugar (passivo). Na bipolaridade de gênero, não será difícil visualizar, no estereótipo do homem ativo e público as potencialidades do seu próprio outro (o anti-herói construído como criminoso); também não será difícil visualizar na mulher encerrada em seu espaço privado o recato e os requisitos correspondentes à estereotipia da vítima. (ANDRADE, 2012, p. 143)

Os desafios epistemológicos a serem enfrentados pelos feminismos são muito grandes. Eles envolvem uma retomada das aproximações com as comunidades periféricas e o desenvolvimento de uma escuta adequada de suas demandas. As transformações não virão por completo no sentido vertical (desde a academia ou o sistema de justiça), elas precisam ser construídas horizontalmente. Isso porque, apesar dos importantes avanços e das transformações normativas realizadas desde a primeira onda do feminismo, vinculadas à igualdade de homens e de mulheres perante às leis e à proteção estatal contra a violência, o trabalho não foi concluído. As mulheres ainda enfrentam diferentes discriminações no mundo corporativo, na política, nas rotinas domésticas (que impõem uma dupla jornada de trabalho para a profissional que escolhe ser mãe). Isso acontece, inclusive, no meio acadêmico, onde estaria presente a intelectualidade e a vanguarda do pensamento humano.

Aquilo que se identifica com os múltiplos feminismos e o que se produz na academia não dialoga com a população massificada de homens e de mulheres, não dialoga, portanto, suficientemente com o povo. Enquanto se permanecer encastelado em produções intelectuais de vanguarda, preocupado em construir uma linguagem técnica ou esteticamente agradável aos próprios olhos, as mudanças sociais continuarão acontecendo. Mas tais mudanças nem sempre caminham em direção ao progresso. Os diferentes movimentos sociais e identitários que dialogam com os feminismos já dominam a linguagem acadêmica, mas os cidadãos comuns, que representam uma maioria numérica, não.

Por essa razão, não deveria causar estranheza o ressurgimento de movimentos e de demandas que representam verdadeiros retrocessos contra os avanços já conquistados. Sejam a defesa da diferença de direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho, a repressão à comunidade LGBTI e às mulheres identificadas como feministas, o apelo à violência estatal e ao extermínio de populações periféricas e de inimigos políticos, bem como o retorno do autoritarismo

eclesiástico medieval com roupagem pentecostal. Enfim, movimentos conservadores de resistência contra os avanços civilizacionais.

O diálogo amplo e horizontal na sociedade parece ser um caminho viável para conter os retrocessos sociais e compreender o que os indivíduos concretamente desejam numa perspectiva da alteridade. Para isso, os saberes práticos são indispensáveis como observa Dorilda Groli:

A práxis libertadora passa por todo um processo de participação e consequente conscientização da mulher acerca da sua condição na sociedade patriarcal. O processo de superação dos estereótipos sociais deverá lançar luz em direção à constituição de uma nova mulher, de modo a desencadear o advento de um novo homem, realizando o duplo movimento da reconstituição da Alteridade do oprimido: negar o negado no sistema, afirmar aquilo que no oprimido é Exterioridade. Não há receitas prontas para a libertação da mulher. Essa deverá ser construída pela própria práxis. (2004, p. 229)

Nessa busca por uma aproximação do movimento feminista com as demandas específicas dos estratos populares, retoma-se a arte como um dos caminhos interessantes. É importante lembrar que o *rock in roll* já nasceu com promessas de modernidade ao representar uma aproximação entre ritmos marginalizados do espaço *underground*, tais como o blues e o country. Ele reivindica a concretização das liberdades individuais e, por isso, é contestador e originalmente subversivo. Da mesma forma, o rock produzido no Brasil, na década de 1980, contribuiu significativamente para a estruturação da Constituição Cidadã, de 1988, deixando de ser marginal e passando a ser convenção. Isso só foi possível devido ao seu poder de penetrar em parcelas significativas da sociedade brasileira, cansada das décadas de ditadura. (SCHWARTZ, 2014)

Existem pesquisas que avaliam, também, o impacto das letras de gêneros musicais como Funk, Hip Hop e Rap sobre a autopercepção e o aumento da visibilidade social das pautas específicas de comunidades periféricas. No entanto, muitos desses estilos musicais carregam o estigma de marginais e enfrentam forte resistência dos segmentos conservadores ou dos empreendedores da moralidade.

No entanto, um gênero musical que surgiu recentemente no Brasil e que possui grande aderência nos diferentes estratos sociais, incluindo os populares, parece romper com a estigmatização e caminhar em direção a uma práxis libertadora. Trata-se do estilo que se convencionou chamar de *feminejo* e que consiste num sertanejo urbano composto e cantado por mulheres. É sobre esse novo gênero musical e sua relação com certas pautas do movimento feminista que se discutirá.

2 A ARTE POPULAR COMO CONTRACULTURA: O FEMINISMO NO FEMINEJO

O movimento feminista, conforme já fora abordado, vivenciou diferentes fases em diferentes momentos históricos desde o século XVIII. Inúmeras conquistas foram alcançadas, especialmente no que se refere ao acesso aos direitos fundamentais e às medidas de ação afirmativas em relação ao direito laboral e à luta contra a violência doméstica. No entanto, observam-se reações conservadoras estigmatizando e, até mesmo, tentando desqualificar o movimento feminista e suas reivindicações.

Nesse contexto de apelo aos valores patriarcais e à família tradicional, observa-se o ressurgir de um autoritarismo disfarçado. Esse autoritarismo toma a forma de censura à liberdade de expressão nas escolas e nas Universidades, de apologia aos crimes de ódio contra os opositores políticos e aos movimentos sociais identificados com a esquerda, dentre os quais se encontra o movimento feminista, e da tentativa de transformar o Estado laico em tutor do fundamentalismo religioso.

No entanto, ao mesmo tempo em que esse conservadorismo oportunista emerge com força, observa-se que a música popular pode atuar com contraponto reflexivo. E, nesse aspecto, chama a atenção o conteúdo de determinadas letras do gênero feminejo. O destaque que se dá a essas músicas se relaciona à percepção de que suas compositoras não se identificam como feministas e nem dialogam com o feminismo acadêmico. Parecem, no entanto, ter internalizado certas premissas defendidas pelo movimento de forma quase inconsciente e, portanto, muito natural. Essa naturalidade com que certos temas, que ainda são tabus em determinados espaços, são tratados nas músicas, libera as artistas das rotulações negativas e estigmatizantes.

Trata-se de um tipo de manifestação artística muito interessante porque consegue fazer aquilo que o feminismo acadêmico não foi inteiramente capaz. Essa arte chega até as massas populacionais de homens e de mulheres comuns, do povo, e dialoga com elas mediante o uso de uma linguagem acessível e popular. Isso porque a tradicional música popular brasileira, que esteve em ascensão ao lado da Bossa Nova, desde a década de 1960, conquistou a preferência das elites intelectualizadas dos estratos médios e altos da sociedade, deixando de penetrar nas massas periféricas.

Nesse sentido, observa-se que Félix Guatarri atribui à cultura (cultivar o espírito) três sentidos que coexistem: cultura-valor, cultura-alma e cultura-mercadoria. A cultura-valor é aquela que hierarquiza quem possui cultura e quem não a possui, inscrevendo-se nas tradições aristocráticas de “almas bem nascidas” que sabem lidar com as palavras. Aqui se situa a música popular brasileira tradicional ou clássica. Já, a cultura-alma no sinônimo de civilização, consiste num espaço no qual não há mais o par ter ou não ter cultura porque parte-se do pressuposto de que todo mundo tem cultura, uma vez que ela é democrática. E, por fim, o sentido de cultura-mercadoria surge como a massificação das artes pelos mercados que visam ao lucro (GUATARRI; ROLNIK, 2013, p. 23). Pode-se dizer que o feminejo se enquadra no conceito de cultura-alma, mas caminha em direção à cultura-mercadoria conforme vai conquistando um público cada vez mais numeroso de fãs em diferentes estratos sociais.

No entanto, a cultura-alma unida à cultura de massa (mercadoria), participa da formação de subjetividades, ainda que inconscientes ou despolitizadas. E, se inconscientes, possuem um poder transformador ainda maior porque não sofrem as resistências daqueles que gostariam de retroceder no tempo. Partindo-se desse pressuposto, foram selecionados alguns fragmentos de músicas do feminejo para analisar o seu conteúdo e confrontar com as demandas específicas do movimento feminista. Praticamente, em todas as letras de músicas analisadas, a posição empoderada da mulher aparece no âmbito das relações afetivas e não no espaço laboral.

Na música Coitado, da cantora Naiara Azevedo, a mulher busca desqualificar um possível ex-parceiro que se apresenta diante dela de forma arrogante. A letra da música diz: “Coitado! Se Acha Muito Macho/ Sou eu que te esculacho/ Te faço de capacho/ Se acha o bicho! Nem era tudo aquilo que contava para os amigos/ Eu sempre te defino: desanimador, prepotente e arrogante/Não serve pra amante, talvez nem para ficante”. A expressão definir é de extrema importância aqui, uma vez que o feminino foi historicamente definido pelo masculino e a partir do masculino. Ao assumir o poder de também definir o homem, a mulher se coloca em condição de igualdade nessa relação.

No mesmo sentido, a cantora Marília Mendonça, na música Por Mais de Três Horas refere: “Não sei o que você tava pensando/ Me controlando/sufocando/Sabe, eu não nasci pra isso/ Apesar de você ser um vício”. Ela deixa claro que deseja manter um relacionamento sem compromisso com o parceiro que pretende controlá-la, invertendo o padrão cultural pelo qual a pretensão de construir um relacionamento mais sério normalmente é atribuída às mulheres.

A dupla de cantoras Simone e Simaria costuma incluir em suas músicas diferentes perspectivas do protagonismo feminino nas relações afetivas. Na música, Chora Boy, elas afirmam: “Tá pra nascer alguém que manda em mim/Que possa me impedir de ser feliz/ Tá pra nascer e não vai ser você/ Sou vacinada e mando em meu nariz/ Você teve sua chance e jogou fora/ Só deu valor

quando me viu ir embora/Da sua vida, fui". Observa-se que a mulher toma a decisão de romper um relacionamento infeliz no qual havia uma tentativa de dominação masculina, não admitindo assumir uma posição submissa frente ao parceiro.

A mesma dupla de cantoras, na música Loka, que fez um grande sucesso nas rádios e nos programas de televisão, diz: "Deixa esse cara de lado/ Você apenas escolheu o cara errado/ Sofre no presente por causa do seu passado/ Do que adianta chorar pelo leite derramado/ Põe aquela roupa e o batom/ Entra no carro, amiga, aumenta o som". Nessa composição, a mulher está entristecida com o fim de um relacionamento afetivo e é acolhida pelas amigas que tentam levantar a sua autoestima. Esse acolhimento é interessante porque demonstra a necessidade de que haja sororidade entre as mulheres, que elas se protejam e sejam cúmplices, rompendo a rivalidade construída historicamente. Essa demanda por solidariedade entre as mulheres é característica marcante tanto da terceira como da embrionária quarta ondas do feminismo.

A dupla de cantoras, Lola e Vitória, por sua vez, na música Nem se fosse o safadão, referem: "Eu não nasci para lavar cueca de marido/ Pilotar fogão esquentando meu umbigo/ Limpando a casa e você aí no bem bom/ Deitado no sofá assistindo televisão/ Mas nem se fosse o safadão". Embora a música, em seu conjunto, remeta à história de uma filha mimada pelo pai que não aceita os afazeres domésticos impostos pela condição de casada, é interessante porque questiona a distribuição desigual das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Realidade essa ainda tão presente no cotidiano de inúmeras famílias brasileiras, produzindo a dupla jornada de trabalho denunciada pelo movimento feminista.

Por fim, a dupla Maiara e Maraísa propõe inversões dos papéis tradicionais impostos às mulheres tanto no espaço público como no espaço privado. Na música 10%, as autoras afirmam: "Tô escorada na mesa/ Confesso que eu quase caí da cadeira/ E esse garçom não me ajuda/ Já trouxe a vigésima saideira/ Já viu o meu desespero/E aumentou o volume da televisão/Sabe que sou viciada/ E bebo dobrado ouvindo um modão". A presença de mulheres desacompanhadas em bares bebendo, mesmo na atualidade, enfrenta preconceito, julgamentos morais e estigmatizações de todos os tipos. É como se um estabelecimento comercial aberto ao público fosse um espaço proibido para mulheres solitárias, um espaço privativo do masculino. Os assédios que acontecem nesses ambientes, assim como nas ruas das cidades, representam uma marcação do território tradicionalmente masculino. Por isso, esses espaços precisam ser ocupados também pelas mulheres, rompendo com a cultura da exclusividade masculina legitimada socialmente.

As mesmas cantoras, na música Mexidinho, contam a história de uma mulher casada que gosta de sair com as amigas, mas enfrenta o interrogatório do marido sempre que chega em casa:

Cheguei nas pontas dos pés/ Contando as notas de dez que tinham sobrado/ E meu marido fingiu que tava dormindo/ Virado pro outro lado/ Me ferrei, exalou as pingas que eu tomei/ Nem passou três, dois, um e começou/ Onde cê tava?/ Com quem andava?/ O que é que eu faço/ Por que é que eu não te largo?

(Mexidinho, Maiara e Maraísa)

Essa última letra é interessante, também, porque coloca a mulher na posição de alguém que deseja ter uma vida social e um espaço que não se restrinjam à relação afetiva vivenciada. É uma condição tradicionalmente ocupada pelos homens nas relações afetivas. Como se pode verificar não se trata de um feminismo consciente ou politizado, mas de um feminismo intuitivo que desponta em algumas músicas. É certo que existem, também, letras que abordam a disputa de um homem por duas mulheres rivais entre si, de caráter machista, no mesmo gênero musical.

Maiara e Maraísa também apresentam um drama muito comum nas tradicionais famílias brasileiras. Na música Separada, elas referem: "Separada/ Mas agora bem melhor acompanhada/ De um anjo espalhando brinquedo pela casa toda/ Separada/ Dois empregos pra pôr comida em casa/ Enfrentou tudo e nunca reclamou de nada/ Ela é mais uma entre milhões/Que foi pai e mãe/ Nessa estrada". A música denuncia o término de um relacionamento do qual resultou um filho que

passou a ser educado e sustentado exclusivamente pela mulher. Tal ônus feminino é uma realidade em uma em cada quatro famílias brasileiras, segundo os últimos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Há, nessa letra, nitidamente, o objetivo de chamar à atenção do público para a irresponsabilidade presente na rotina de muitos pais que abandonam os filhos após a separação da companheira. A música destaca o encargo maior que a maternidade suporta em culturas atrasadas como a brasileira, do ponto de vista da divisão das responsabilidades pela prole.

Mas, para além das músicas em si, essas cantoras do feminejo subvertem os padrões de beleza impostos pela indústria da estética e pela sociedade, resistindo à inferiorização que fragiliza a personalidade e o amor próprio das mulheres. Elas também buscam autonomia, igualdade de direitos, o que inclui remuneração equiparada àquelas dos cantores homens de música sertaneja. Algumas já eram compositoras de músicas famosas cantadas por homens do mesmo gênero musical. Elas demonstram autoconfiança e segurança, rechaçam os abusos nos relacionamentos afetivos e a vitimização romantizada, reivindicando o direito de decidirem sobre os seus corpos e sobre a sua vida social.

CONCLUSÃO

Os avanços culturais e normativos conquistados pelo movimento feminista ao longo de sua história são inegáveis, mas ainda muito desconhecidos de parte significativa da população brasileira. Esse desconhecimento se deve em parte à chegada tardia do feminismo mais efervescente que aconteceria somente com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, cuja bandeira era a luta pela igualdade e pelos direitos das mulheres. Embora o rol de reivindicações do movimento fosse bastante amplo, envolvendo diferentes nuances do direito à igualdade, havia uma aproximação com os movimentos populares de mulheres que viviam nos bairros pobres e que lutavam por moradia, saneamento e educação. Desse modo, ainda que o movimento tenha sua origem na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, dialogando com elas e ampliando as suas reivindicações.

No entanto, muitos avanços alcançados ao longo do século XX e, sobretudo, a partir da Constituição da República, de 1988, foram internalizados e desconectados de sua origem. Ao mesmo tempo, houve um afastamento entre as perspectivas feministas dos estratos intelectualizados da população e as demandas mais periféricas no sentido das lutas pelo acesso aos direitos fundamentais. Desse modo, os desafios epistemológicos a serem enfrentados pelos feminismos são grandes, porque envolvem uma retomada das aproximações com as comunidades em condição de exclusão e o desenvolvimento de uma escuta adequada de suas necessidades e reivindicações.

As transformações sociais ainda pendentes não virão por completo no sentido vertical (desde a academia ou o sistema de justiça). Elas precisam ser construídas horizontalmente. As mulheres ainda enfrentam diferentes discriminações no mundo corporativo, na política, nas rotinas domésticas, no meio acadêmico, nas artes.

Aquilo que é produzido na academia precisa dialogar com a população massificada de homens e de mulheres comuns, do povo. Caso contrário, o espaço para o ressurgimento dos autoritarismos ficará cada vez mais disponível, assegurando uma base popular de apoio aos retrocessos no processo civilizacional.

De qualquer forma, enquanto o feminismo intelectualizado não desperta para essa necessidade, a arte popular do feminejo se apresenta como resistência. A música atua humanizando demandas e decepções afetivas, carnalizando *tabus* e atuando como espaço de luta por igualdade, ainda que não declarada. Nesse sentido, esse gênero musical, que surgiu recentemente no Brasil e conquistou a simpatia dos diferentes estratos sociais, incluindo os populares, parece caminhar em

direção a uma práxis libertadora, uma vez que a arte influencia as representações sociais das pessoas.

A expressiva penetração que o feminejo tem alcançado junto à população brasileira não deve ser desconsiderada. Certamente, possui o potencial de atuar como um cordão de isolamento contra os retrocessos no âmbito dos costumes e do controle social informal, liderados por grupos de fanáticos religiosos infiltrados nas atividades políticas.

O feminejo é escrito e cantado por mulheres, mantendo-se fiel às suas percepções mais íntimas, adota uma linguagem extremamente singela e adere, em certa medida, às demandas feministas, na medida em que reivindica um espaço de protagonismo às mulheres na música e nas relações afetivas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas Mãos da Criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. V. 1. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GROLLI, Dorilda. *Alteridade e Feminino*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun, 2010.

SCHWARTZ, Germano. *Direito e Rock*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres: Um Balanço do Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.